

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.618 - PR (2019/0283917-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **REINHOLD STEPHANES JÚNIOR**
ADVOGADOS : **JULIANO FRANÇA TETTO - PR034749**
 ANDRÉ LUÍS TISI RIBEIRO - PR052439
 RENATA KRISTINE BRODHAGE - PR092122
EMBARGADO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADO : **GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971**
ADVOGADA : **IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO - PR025814**
ADVOGADOS : **PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275**
 FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826
 IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
 ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA SANAR ERRO MATERIAL.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Reinhold Stephanes Júnior à decisão assim sumariada (e-STJ, fl. 701):

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. UTILIZAÇÃO DE DOIS PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DA TAXA DE JUROS. 2.1. TAXA DE JUROS COM RELAÇÃO AOS VALORES ACIMA DO LIMITE DE CRÉDITO. APLICAÇÃO DAS MESMAS TAXAS DO CONTRATO, QUE FORAM APLICADAS ATÉ O LIMITE DO CRÉDITO. 2.2. TAXA DE JUROS UTILIZADOS ATÉ O LIMITE DO CONTRATO DO CHEQUE ESPECIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE ABUSIVIDADE PARA OS JUROS REFERENTES A ESSE PARÂMETRO. MANUTENÇÃO DA TAXA COBRADA. 3. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 706-711), o embargante alega erro material, uma vez que os honorários somente poderão ser majorados se houver sua fixação na origem, o

Superior Tribunal de Justiça

que não é o caso dos autos. Pontua obscuridade quanto à existência, ou não, de abusividade na aplicação da taxa dos juros remuneratórios.

Impugnação às fls. 714-724 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Do reexame da deliberação unipessoal, constata-se o exposto enfrentamento das questões suscitadas no recurso especial, notadamente quanto aos juros remuneratórios, demonstrando-se, ainda, o motivo pelo qual incidiram os óbices das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Desse modo, não se verifica o aludido vício, mas apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do seu inconformismo com resultado, tornando inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Superior Tribunal de Justiça

No que se refere à ausência de fixação de honorários na origem, com razão o embargante.

De fato, houve o apontado erro material, razão pela qual o dispositivo da fl. 704 (e-STJ) passa a ostentar a seguinte redação, sem a majoração dos honorários advocatícios:

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.
Publique-se.

À vista do exposto, acolho os aclaratórios para sanar o erro material apontado.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator